



TERMO DE REVOGAÇÃO

Proc. Administrativo nº 1308.01.2024

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 1308.01.2024.PE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA GESTÃO, ELABORAÇÃO DE AUDITORIAS E LAUDOS TÉCNICOS, MEDIANTE A CONFERÊNCIA DAS FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA, DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO, ELABORAÇÃO DE MEMORIAL DE CÁLCULO DE CONSUMO E POTÊNCIA DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, A VERIFICAÇÃO DO MODELO TARIFÁRIO APLICADO EM CADA UNIDADE CONSUMIDORA, ASSIM COMO A VERIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS ISENÇÕES INDEVIDAS E/OU NÃO REPASSE DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA(CIP), E/OU NÃO RECOLHIMENTO DO (ISS) DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO SETOR ELÉTRICO, ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO, VISANDO A REPETIÇÃO DE INDÉBITOS DECORRENTES DE COBRANÇAS INDEVIDAS(A MAIOR), NAS CONTAS, JUNTO A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE TRAIRI-CE.

Unidade Gestora: Secretaria de Planejamento de Finanças

Município/UF: Trairi - Ceará.

Presente o Processo Administrativo, que consubstancia no PREGÃO ELETRÔNICO N.º 1308.01.2024.PE, destinada a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA GESTÃO, ELABORAÇÃO DE AUDITORIAS E LAUDOS TÉCNICOS, MEDIANTE A CONFERÊNCIA DAS FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA, DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO, ELABORAÇÃO DE MEMORIAL DE CÁLCULO DE CONSUMO E POTÊNCIA DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, A VERIFICAÇÃO DO MODELO TARIFÁRIO APLICADO EM CADA UNIDADE CONSUMIDORA, ASSIM COMO A VERIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS ISENÇÕES INDEVIDAS E/OU NÃO REPASSE DA CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA(CIP), E/OU NÃO



RECOLHIMENTO DO (ISS) DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DO SETOR ELÉTRICO, ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO, VISANDO A REPETIÇÃO DE INDÉBITOS DECORRENTES DE COBRANÇAS INDEVIDAS(A MAIOR), NAS CONTAS, JUNTO A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE TRAIRI-CE.

Inicialmente, cumpre-nos salientar que a Secretaria de Planejamento de Finanças autorizou ao Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial, a realização de procedimento administrativo de licitação na modalidade PREGÃO em sua forma ELETRÔNICA, visto a necessidade do objeto a ser licitado.

Informamos que o certame foi publicado com CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR DESCONTO POR LOTE, pois o Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL) não aceita MENOR DESCONTO após a análise do critério de julgamento chegou-se à conclusão por parte da comissão e do pregoeiro que maior desconto seria perda para administração tendo em vista que se trata de um processo para recuperação de créditos.

Desse modo, se faz necessária a alteração do CRITÉRIO DE JULGAMENTO, de modo a atender a necessidade pública e em cumprimento ao princípio da supremacia do interesse público.

Nesse caso, a REVOGAÇÃO, prevista no inciso II do art. 71 da Lei Federal 14.133 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, constitui a forma a nosso ver mais adequada de desfazer o procedimento licitatório. Sendo mais razoável e oportuno revogá-lo. Conforme regra prevista na lei:

“Art. 71. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

(...)

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;”

O princípio da autotutela administrativa sempre foi observado no seio da Administração Pública, e está contemplado nas Súmulas nº 346 e 473 do STF, vazada nos seguintes termos:

“A administração pode declarar a nulidade dos seus próprios atos”.

(Súmula nº. 346 – STF)

“A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em qualquer caso, a apreciação judicial”.

(Súmula nº. 473 - STF)

Desta forma, a Administração Pública não pode se desvencilhar dos princípios que regem a sua atuação, principalmente no campo das contratações públicas, onde se deve



buscar sempre a satisfa o do interesse coletivo, obedecendo os princípios previstos no art. 37 da Constitui o Federal e no art. 5  da lei 14.133/21.

A aplica o da revoga o fica reservada, portanto, para os casos em que a Administra o, pela razão que for, perder o interesse no prosseguimento da licita o ou na celebra o do contrato.

Oportuno citar fundamento previsto no art. 53 da Lei n  9.784 de 29 de janeiro de 1999, lei que rege o processo administrativo, vejamos:

Art. 53. A Administra o deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Trata-se de expediente apto, então, a viabilizar o desfazimento da licita o e a suspensão da celebra o de um futuro contrato com base em critérios de conveniência e oportunidade.

Entende o TCU:

"A licita o somente pode ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado." (Acórdão n.  955/2011-Plenário, TC-001.223/2011-4, rel. Min. Raimundo Carreiro, 13.04.2011).

Corroborando com o exposto, o ilustre doutrinador Marçal Justen Filho (Comentário   Lei de Licita es e Contratos Administrativos. Dialética. 9  Edi o. São Paulo. 2002, p. 438) tece o seguinte comentário sobre revoga o:

"A revoga o consiste no desfazimento do ato porque reputado inconveniente e inadequado   satisfa o do interesse público. A revoga o se funda em juízo que apura a conveniência do ato relativamente ao interesse público... Após, praticado o ato, a administra o verifica que o interesse público poderia ser melhor satisfeito por outra via. Promover  então o desfazimento do ato anterior... Ao determinar a instaura o da licita o, a Administra o realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato (...). Nesse sentido, a lei determina que a revoga o dependerá da ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado. Isso indica a inviabiliza o de renova o do mesmo juízo de conveniência exteriorizado anteriormente". (Grifo nosso)

Sendo assim, estando presentes todas as razões que impedem de pronto a continua o de tal procedimento, decide-se por **REVOGAR** o Processo Administrativo em epígrafe, na sua integralidade. Consequentemente todos os atos praticados durante sua tramita o.



Quanto à comunicação aos interessados para manifestação das contra razões que interessarem, assegurando-lhes o contraditório e ampla defesa, em cumprimento ao instituído nas normas do Art. 71, § 3º c/c art. 165, inciso I, alínea "d", da Lei nº 14.133/21, por analogia, dispõe o TCE/PR:

Revogação de licitação antes da adjudicação e homologação não enseja o contraditório. (Acórdão 1217/2019 TCE/PR Pleno)

Deste modo, o contraditório e ampla defesa previstos no art. 71, § 3º da Lei Federal 14.133, só teria necessidade caso a licitação já tivesse sido concluída, o que não ocorreu no presente caso.

O próprio poder judiciário já decidiu sobre o assunto, nos seguintes termos:

"A revogação da licitação, quando antecedente da homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja contraditório. Só há contraditório antecedendo a revogação quando há direito adquirido das empresas concorrentes, o que só ocorre após a homologação e adjudicação do serviço licitado. O mero titular de uma expectativa de direito não goza da garantia do contraditório." (STJ, RMS 23.402/PR, julgado em 18/3/2018).

Sobre o tema, o TCU já se posicionou através do Acórdão 111/2007 do Plenário:

"1. O juízo de conveniência e oportunidade a respeito da revogação da licitação é pela sua própria natureza ato discricionário, privativo da autoridade administrativa que deve resguardar o interesse público.

2. A revogação de licitação em andamento com base em interesse público devidamente justificado não exige o estabelecimento do contraditório e ampla defesa, visto que não se concretizou o direito adquirido nem o ato jurídico perfeito, decorrente da adjudicação do objeto licitado".

Pelo exposto não há que se falar em abertura de prazo para apresentação do contraditório ou amplo deseso, esculpido no art. 165, I, "d" da Lei 14.133/21. À Comissão de Licitação para dar ampla publicidade na imprensa oficial.

Trairi /Ce, 18 de setembro de 2024.

PEDRO GERALDO MOTA OLIVEIRA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS